

Muito Boa tarde

Começo por em nome da Caixa Central de Crédito Agrícola, cumprimentar e saudar V.Exas.

De seguida, dizer-vos que é com muita honra que, como Presidente do Conselho Geral e de Supervisão da Caixa Central, instituição de cúpula do Crédito Agrícola, me dirijo a V. Exas. nesta iniciativa que assinala o Dia Internacional das Cooperativas, e agradeça à Confagri; à Confecoop e à Cases a deferência em nos dedicarem estas comemorações.

O sector cooperativo tem tido, desde pelo menos o século XIX, um enorme papel no desenvolvimento de importantes áreas de actividade económica em diversos países da Europa, e certamente também noutros continentes, contribuindo para o desenvolvimento das regiões e para a melhoria da qualidade de vida das pessoas directa ou indirectamente relacionadas com as instituições cooperativas em causa.

Considerando em particular o caso europeu, um dos exemplos de mais notável sucesso na esfera cooperativa é sem dúvida o do sector bancário, em que a banca cooperativa aumentou continuamente, ao longo de décadas, a sua implantação, sendo actualmente uma realidade incontornável na paisagem bancária deste continente.

Com efeito, a banca cooperativa europeia compreende mais de 4.200 bancos locais, agrupados em instituições de dimensão nacional, contando com 50 milhões de associados, 160 milhões de clientes, 62.000 agências e 750.000 empregados. Em alguns países, designadamente no centro e norte da Europa, os bancos cooperativos detêm quotas de mercado entre 30% e 50%.

A dinâmica de implantação e crescimento dos bancos cooperativos permitiu por outro lado criar um enquadramento favorável ao desenvolvimento de instituições cooperativas noutros sectores de actividade, que ainda hoje mantêm com a banca cooperativa relações privilegiadas de colaboração mutuamente frutuosa.

Em Portugal a banca cooperativa tem a sua expressão no Crédito Agrícola, e gostaria assim de vos deixar algumas referências muito gerais sobre a nossa instituição, que serão depois desenvolvidas na Conferência pelo Senhor Dr. João Costa Pinto, Presidente do Conselho de Administração Executivo da Caixa Central.

E começo por referir que o Crédito Agrícola está precisamente a celebrar neste ano de 2011 o seu centésimo aniversário, facto de que, com orgulho saudável, nos regozijamos, porque temos consciência do papel positivo que o Grupo desempenhou, ao longo deste século, para a sustentabilidade económica de muitas regiões do nosso país e para o seu desenvolvimento.

Somos na verdade um Grupo que se implantou, de Norte a Sul de Portugal, a partir das zonas rurais, e que logo na sua génese foi orientado para dar resposta a problemas concretos do desenvolvimento económico-social a nível local e à melhoria da qualidade de vida das suas populações.

A dinâmica que conduziu à criação do Crédito Agrícola em Portugal desenrolou-se na parte final do século XIX e nos primeiros anos do século XX, tendo conduzido, ainda no tempo da Monarquia, à publicação da Carta de Lei de 1896, que contém a primeira referência expressa às Caixas

Agrícolas. Já com a República, foi publicado o Decreto de Março de 1911, que é tido como o verdadeiro diploma instituidor no nosso país, a nível jurídico, das cooperativas de crédito agrícola que, com base nos princípios orientadores estabelecidos nesse diploma, logo nesse ano começaram a constituir-se. Entretanto, algumas instituições vocacionadas para o crédito à agricultura em moldes cooperativos, haviam sido constituídas ao abrigo da anterior da Carta de Lei, e adaptaram posteriormente os seus estatutos para se enquadrarem no regime definido pelo Decreto de 1911. As origens remotas do Crédito Agrícola situam-se porém no século XVI, com os celeiros comuns criados no reinado de D. Sebastião.

Numa altura em que a pequena e média lavoura era ignorada pelos bancos comerciais da época, que frequentemente nem tinham qualquer presença no meio rural, e ficava à mercê de agiotas e usurários de todo o tipo, a criação das Caixas, correspondendo ao impulso cooperativista que se verificava também noutros países europeus, constituiu a resposta dos elementos mais esclarecidos das comunidades locais para providenciar condições razoáveis de financiamento aos agricultores, e foi um marco importante no processo de desenvolvimento do sector de economia social no nosso país.

Enquanto cooperativas, as Caixas Agrícolas estão profundamente ligadas às questões económico-sociais que se prendem com o desenvolvimento das suas terras, a sua área social, o que confere ao Crédito Agrícola, enquanto Grupo por elas formado, um carácter único no contexto do sistema bancário nacional.

O compromisso das Caixas com as suas regiões está desde logo materializado no facto de os recursos captados serem, antes de mais, canalizados para o apoio das actividades que se inserem na sua área social, criando portanto riqueza e emprego a nível local.

Este conceito de área social, que se refere naturalmente ao espaço geográfico em que cada Caixa exerce a sua actividade, exprime na verdade a marcante diferença que existe entre o Crédito Agrícola e os bancos comerciais, porque para estes os locais onde desenvolvem a sua actividade são meramente vistos como mercados, ou praças, para onde vão quando o negócio se apresenta como promissor, mas de onde se apressam a sair se o mercado começar a perder interesse. Ora, as Caixas não podem, por definição, sair da sua área social. A Caixa existe para a área social em que foi criada e para a qual trabalha, e assim terá de ser, nos tempos bons, nos menos bons, e mesmo nos maus, como infelizmente são os dias que actualmente atravessamos.

A inserção plena das Caixas no seu meio económico-social, permite também ao Crédito Agrícola disponibilizar às populações locais serviços bancários de proximidade, numa base de confiança recíproca.

Não surpreende assim que em 250 povoações do nosso país, a única dependência bancária existente seja a agência local do Crédito Agrícola, e que em mais 400 outras localidades, o único ponto de contacto com o sistema bancário seja a ATM que a Caixa Agrícola aí instalou.

Naturalmente, as Caixas têm, como parceiros próximos de negócio nas suas regiões, outros operadores do sector cooperativo, designadamente os ligados às actividades agrícolas e agro-alimentares, que têm desempenhado papel de destaque na preservação e fomento das actividades produtivas ligadas à terra e na mitigação do terrível processo de desertificação do nosso interior, que é uma das catástrofes nacionais.

Estamos a atravessar uma grave crise económica e financeira que, como se sabe, teve a sua origem no coração do próprio sector financeiro e nas práticas de alguns dos maiores bancos internacionais, que conduziram a um crescimento excessivo e desregrado do crédito e a esquemas de inovação financeira potenciadores e disseminadores dos riscos, processo que acabou por afectar a quase generalidade dos países.

Os bancos cooperativos, em cujo modelo o Crédito Agrícola se insere, com uma ligação profunda à economia real, em nada contribuíram para a presente crise. Pelo contrário, como foi reconhecido num estudo recente do FMI, foram um importante factor de estabilidade. Sem a sua acção, mantendo, apesar da deterioração do ambiente económico, o crédito às PME's, às cooperativas e aos pequenos negócios locais, o impacto da crise teria sido mais gravoso.

A natureza cooperativa do Crédito Agrícola não significa, porém, que as Caixas, de per si, e o Grupo no seu todo, não estejam sujeitos ao mesmo rigoroso enquadramento legal e supervisional que se aplica a todos os outros bancos, e temos até de respeitar exigências adicionais que decorrem do nosso regime jurídico.

O facto de o Crédito Agrícola ser uma instituição cooperativa não justificaria, porém, que tivéssemos menos ambição no respeitante à qualidade dos nossos serviços, e que nos contentássemos com soluções que não fossem as melhores para os nossos associados e clientes.

Assim, o Crédito Agrícola fez, nos últimos anos, investimentos muito importantes na modernização da sua infraestrutura tecnológica, sistemas operativos e rede de balcões, que o colocam, presentemente, em perfeita paridade com qualquer outro banco comercial do nosso país.

Mas para além dos progressos no plano operativo, merece especial realce a solidez financeira de que o Crédito Agrícola desfruta, que o coloca em situação particularmente confortável na actual conjuntura de crise -- quer no tocante à liquidez, em que dispomos de uma posição verdadeiramente ímpar, quer no tocante à solvabilidade, espelhada num rácio Tier 1, o mais crítico no actual contexto regulatório, de mais de 12%, muito acima quer do mínimo exigido pelo Banco de Portugal, quer dos níveis evidenciados pelas outras instituições de maior relevo no nosso sector financeiro.

Entretanto, o activo do Grupo excede já os 14.000 milhões de euros, o que representa perto de 9% do Produto Interno Bruto português.

Nos últimos anos, o Crédito Agrícola adquiriu também posição de relevo na área seguradora, tendo as companhias do Grupo, do ramo vida e de ramos reais, recebido diversas distinções da imprensa especializada pelos seus níveis de desempenho.

Todavia, pese embora a dimensão atingida pelo Grupo, e o alargamento a outras áreas de actividade, o Crédito Agrícola pretende manter-se fiel às suas origens, e à sua maneira de actuar, uma vez que compreendemos que a força do Grupo está nas terras onde as Caixas nasceram e cresceram e na confiança que souberam criar.

Fazemos assim uma aposta firme na manutenção das nossas características de banca cooperativa, embora sem imobilismo, porque todas as instituições, e as cooperativas não são excepção, têm de saber-se adaptar, e ajustar as suas estratégias e modelos operativos, ao tempo presente e às tendências de fundo que se manifestam em cada época.

E é com esta mensagem de confiança nas virtualidades do modelo cooperativo que até aqui tão bem serviram o Crédito Agrícola, que termino estas minhas breves palavras.

Obrigado pela vossa atenção.